
PANORAMA GERAL DAS TEORIAS FUNCIONALISTAS

EROTILDE GORETI PEZATTI*

RESUMO

Este texto tem como propósito apresentar um panorama geral das diferentes tendências funcionalistas, tomando como referência temas fundamentais a esse ponto de vista teórico e percorrendo, tanto quanto possível, sua história.¹

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo, tópico, foco, transitividade, fluxo de informação.

VISÃO GERAL DO MODELO FUNCIONALISTA

O funcionalismo moderno é, de certo modo, um retorno à concepção de lingüistas anteriores a Saussure, como Weil, Mathesius e Hermann Paul, que assentaram o enfoque lingüístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos na última metade do século XIX, entendendo que se deve explicar a estrutura lingüística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais. O ponto de vista funcional pode ser encontrado na Escola Lingüística de Praga, na teoria tagmêmica de Pike, como também em Sapir, Firth, Halliday, Austin e Searle. Nos EUA, um movimento muito importante surgiu nos anos 70, na Califórnia, com Chafe, Givón, Li, Thompson, Hopper, DeLancey, DuBois, Van Valin, entre outros.

Como se vê, o termo “funcional” tem sido vinculado a uma variedade tão grande de modelos teóricos que resta impossível considerar a existência de uma teoria monolítica, compartilhada por todos os que se

* Doutora pela Universidade de São Paulo e professora da Unesp, Campus de São José do Rio Preto.
E-mail: pezatti@ibilce.unesp.br.

identificam com a corrente funcionalista. Uma pergunta que se tem feito é o que há de comum a todos esses modelos teóricos, e uma resposta, dada por Bates (apud NEWMEYER 2000, p. 13), é a de que o “funcionalismo é como o Protestantismo: um grupo de seitas antagônicas que concordam somente na rejeição à autoridade do Papa”. Uma resposta desse tipo, no entanto, é equivocada, pois, além de dar à figura individual de Chomsky importância excessiva na área da lingüística formalista, não faz jus à investigação funcionalista, uma vez que esse modo de pesquisa já existia antes mesmo do surgimento da teoria gerativista no final dos anos 50, com a Perspectiva Funcional da Sentença do Círculo Lingüístico de Praga. Além do mais, esse tipo de afirmação, ao enfatizar exageradamente a recusa às explicações formalistas, retira da corrente funcionalista o que lhe é mais caro: em primeiro lugar, a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social e, em segundo lugar, o estabelecimento de um objeto de estudos baseado no uso real, o que significa não admitir separações entre sistema e uso, tal como preconizam tanto o estruturalismo saussureano, com a distinção entre língua e fala, quanto a teoria gerativa, com a distinção entre competência e desempenho.

O enfoque da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Segundo Dik (1989), a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada, em torno de regras sociais, normas ou convenções. As regras propriamente lingüísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Desse modo, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas como um requisito pragmático da interação verbal (Dik, 1989, p. 2). No enfoque funcionalista, a pragmática representa o componente mais abrangente, no interior do qual se devem estudar a semântica e a sintaxe: a semântica é dependente da pragmática, e a sintaxe, da semântica.

O funcionalismo e seus princípios de adequação explanatória

A teoria funcionalista objetiva fornecer meios e princípios através dos quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões lingüísticas, mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes. Dessa forma, Dik (1989) entende que uma Gramática Funcional deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória, especialmente de natureza descritiva: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica.

Como a Gramática Funcional inclui-se por definição numa teoria pragmática de linguagem, tendo a interação verbal como objeto de análise, constitui uma de suas tarefas revelar as propriedades das expressões lingüísticas em relação à descrição das regras que regem a interação verbal. Sendo assim, o padrão de *adequação pragmática* é o que apresenta maior peso na teoria, uma vez que uma gramática funcional deve ser concebida como uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural. A *adequação psicológica* define a compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas fortemente evidentes a respeito do processamento lingüístico, em termos de princípios e estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas. Tais modelos psicológicos dizem respeito tanto ao modo como os falantes constroem e formulam expressões lingüísticas (*modelos de produção*) quanto ao modo como o ouvinte processa e interpreta expressões lingüísticas (*modelos de compreensão*). O terceiro requisito metodológico para uma teoria funcional da linguagem – o da *adequação tipológica* – diz respeito ao fato de que, além de ser capaz de fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes, ela deve, ao mesmo tempo, explicar as similaridades e as diferenças entre os diferentes sistemas lingüísticos.

Uma teoria relativa à organização das línguas naturais, que se fundamenta no paradigma funcional, tem como objetivo central a

construção de um *modelo de usuário de língua natural* (M. ULN). No modelo da Gramática Funcional (GF), reconhece-se que o uso comunicativo da língua envolve funções humanas de níveis mais elevados do que a *função lingüística*. Assim, na construção de um M. ULN são consideradas as capacidades *lingüística, epistêmica, lógica, perceptual e social*.

A interação social é vista, nesse modelo teórico, como uma atividade estruturada, já que é governada por normas e convenções, e como atividade cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois participantes para que seja realizada. Na interação verbal, os participantes servem-se de certos instrumentos que, no sentido geral do termo, são denominadas *expressões lingüísticas*. Essas expressões são elas mesmas novamente entidades estruturadas, i.e, governadas por regras e princípios que determinam sua formação.

Sob o ponto de vista funcional, a análise lingüística envolve dois tipos de sistemas de regras, ambos reforçados pela convenção social: (i) as regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); (ii) e as regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas). O sistema de regra (i) é visto como instrumental com relação aos objetivos e propósitos do sistema de regra (ii).

Considerando, então, que a língua é instrumento de interação social, com propósitos comunicativos, as expressões lingüísticas devem ser analisadas em circunstâncias efetivas de interação verbal e suas propriedades são codeterminadas pela informação contextual e situacional disponível aos interlocutores. A forma dos enunciados é entendida independentemente de sua função já que uma descrição completa inclui referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e estatuto na situação de interação determinada socioculturalmente. A expressão lingüística é uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte.

Como há várias correntes funcionalistas, torna-se mais produtivo, num espaço restrito como este, rastrear, nas diversas correntes, os temas mais representativos do enfoque.

A perspectiva funcional da sentença

A *Escola Lingüística de Praga* tem devotado considerável atenção à chamada *perspectiva funcional da sentença* (PFS) ou “organização contextual da sentença”, “tema-remata” ou “estrutura tópico-comentário”. Cabe a Vilém Mathesius (1882-1945) o mérito de, no período entre as duas guerras, ter intensificado esse estudo na Checoslováquia. Mas o trabalho pioneiro no campo da PFS, segundo Firbas (1974), é a monografia de Henri Weil (1844) intitulada *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*, que teria inspirado Mathesius. Weil distingue entre *movimento de idéias*, expresso pela ordem de palavras e *movimento sintático*, expresso pela desinência. A sentença contém o ponto de partida (a noção inicial) e o objetivo do discurso, sendo o primeiro o ponto de encontro entre falante e ouvinte, e o segundo, a informação que deve ser partilhada com o ouvinte. Nessas idéias, acha-se o embrião de aspectos teóricos desenvolvidos mais recentemente (DIRVEN & FRIED, 1987).

Mathesius corrobora as idéias de Weil e acrescenta o papel da PFS para determinar a ordem de palavras: a seqüência *tema-transição-remata* indica a ordem não emotiva, não-marcada, enquanto a seqüência *remata-transição-tema* indica a ordem emotiva, a marcada.

No âmbito do padrão comunicacional, pode-se incluir o princípio do *dinamismo comunicativo* (doravante DC) de Firbas (1974) e defini-lo, nesses termos, como a extensão com que determinado elemento lingüístico contribui para o desenvolvimento da comunicação. A distribuição do grau de DC entre os elementos da sentença é resultado

da tensão entre a tendência para a distribuição básica de DC, de um lado, e a estrutura semântica e contextual, de outro. A distribuição básica de DC numa série de elementos começa pelos mais baixos, passando gradualmente ao elemento mais alto de grau de DC. A estrutura semântica e a contextual operam ou na mesma direção ou contra a distribuição básica de DC.

Na Europa sua influência atinge pesquisadores como Halliday (1974), da Escola de Londres, que não esconde seu entusiasmo pela PFS, ao mostrar seu lugar no sistema de descrição lingüística. Na perspectiva deste autor, *modo (mood)* e *transitividade (transitivity)* são componentes funcionais na significação potencial da oração. *Transitividade* representa uma gramática de processos, participantes e circunstâncias, que forma o componente experiencial. O *Modo* representa a gramática das funções da fala – o papel adotado pelo falante e suas atitudes associadas, que forma o componente interpessoal. Há ainda um terceiro conjunto de sistemas, relacionado à gramática de mensagens – o *status* da oração e suas partes como unidades de comunicação. É esse o componente textual que se mostra explicitamente como um conjunto distinto de opções, funcionalmente determinado na gramática subjacente de sentenças.

O estatuto informacional: noções de dado e novo

Um dos aspectos que mais tem influenciado os estudos funcionalistas refere-se à questão do estatuto informacional dos constituintes na oração, ou seja, o estatuto de informação velha e nova, que, de alguma forma, retoma os conceitos de tema e rema da Escola de Praga. Chafe (1976) preocupa-se com o modo como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte; preocupa-se, em outros termos, com o empacotamento (*packaging*) da mensagem. Assim, *informação velha* ou *dado* é, segundo Chafe, o conhecimento que o falante assume estar na consciência do ouvinte no momento da enunciação. *Informação nova*

ou *Novo* é a informação que o falante acredita estar introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz. Prince (1981), por seu turno, propõe uma nova taxonomia com base no que denomina “familiaridade presumida”, que se constitui de entidades *Nova*, *Inferível* e *Evocada*. A entidade *Nova* subdivide-se em *Novíssima* e *Não-usada*. *Novíssima* pode ainda ser *Ancorada* e *não-ancorada*. Já entidade *Inferível* pode constituir-se de *Inferível* e *Inferível contida*. *Evocada*, por sua vez, inclui *Evocada textual* e *Evocada Situacional*.

O conceito de Tópico

O conceito de Tópico é um dos mais tratados pelas diversas tendências funcionais e formais e, paradoxalmente, um dos mais controversos na literatura lingüística. Chafe (1976) classifica o tópico em três tipos. Como foco de contraste, o tópico tem de ser, por alguma razão, colocado no início da oração. Serve como exemplo a sentença *...isso mui/ muitos no interior fazem assim...* (DID-SP-18:831). Como um sujeito prematuro, ocorre em construções denominadas de *duplo sujeito*, em sentenças do tipo *O Nelson ele saiu dos transportes... há mais ou menos uns:: sete... ou oito anos* (D2-SP-360:837). Se o tópico pode ser resultado de uma escolha prematura do sujeito, o *antitópico* resulta, inversamente, de se escolher primeiramente o esquema de caso e só posteriormente, o sujeito, como uma reflexão tardia, conforme exemplifica a sentença *então para mim era uma noviDade né? teatro* (DID-SP-234:258). Para o autor, no entanto, o verdadeiro tópico é o que tem como função estabelecer um esquema espacial, temporal ou individual dentro do qual a predicação principal se mantém, de modo a limitar-lhe a aplicabilidade a um domínio restrito, como demonstra a sentença *Filme, eu gosto mais de comédia* (DID-SP-234:05).

Uma vez que os conceitos de tópico e de sujeito são teoricamente nucleares, Li & Thompson (1976) procuram diferenciá-los, baseando-se em traços de diversas naturezas. Propondo uma classificação tipo-

lógica das línguas, com base na relação sujeito/predicado e tópico/comentário, Li & Thompson (1976) consideram a existência de quatro tipos de línguas:

a) línguas com proeminência de sujeito, b) línguas com proeminência de tópico, c) línguas com proeminência de tópico e de sujeito, d) línguas sem proeminência de sujeito ou de tópico.

Ponto de vista e fluxo de atenção

Valendo-se do conceito de *empatia* de Kuno, Chafe (1976) considera *ponto de vista* como mais um fenômeno de empacotamento. Assim em uma sentença como *João bate em sua mulher* o evento é descrito da perspectiva de João, já a oração *O marido de Maria bate nela*, descreve o evento sob a perspectiva de Maria. DeLancey (1981), por seu turno, entende que, na comunicação real, nem todos os aspectos do evento prototípico têm igual interesse. Tal fato está relacionado a duas noções psicológicas, *fluxo de atenção* e *ponto de vista*. Esses termos são, entretanto, também aplicáveis a mecanismos lingüísticos que indicam os valores desses parâmetros na sentença. Há assim um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem natural, que se referem a estratégias perceptuais, e um fluxo de atenção e um ponto de vista, de ordem lingüística, que se referem a mecanismos lingüísticos.

Transitividade e relevância discursiva

Hopper & Thompson (1980) consideram que há uma alta correlação entre relevo discursivo e o grau de transitividade da sentença, uma vez que o pensamento e a comunicação humana registram o universo individual como uma hierarquia de graus de centralidade/perifericidade a fim de facilitar tanto a representação interna quanto sua exteriorização para as pessoas. Assim, a parte do discurso que não contribui imediata e crucialmente para os objetivos do falante, mas que apenas sustenta, amplia ou comenta o aspecto principal é chamada *fundo* (*background*).

Em contraste, o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha mor da comunicação chama-se *figura (foreground)*. As línguas dispõem de recursos morfológicos e sintáticos que refletem o relevo discursivo. Hopper & Thompson consideram que não é apenas um traço o responsável pela distinção figura/fundo, mas é um conjunto deles que determina a altura da sentença na escala de transitividade: tanto mais uma sentença será figura quanto mais alto for seu grau de transitividade, de acordo com os seguintes parâmetros: número de participantes, cinesia, aspecto, pontualidade, controle, polaridade, modo, agentividade, afetabilidade e individuação do objeto.

Estrutura argumental preferida e fluxo de informação

Du Bois (1987) determina os padrões lingüísticos mais frequentemente usados, ou seja, a estrutura de argumento preferida (EAP), que pode ser resumida em duas regras gramaticais e duas discursivas. A primeira regra da dimensão gramatical é a *Regra de um único argumento lexical*, que prediz que apenas uma posição na oração é preenchida com sintagma pleno, as outras são preenchidas com pronomes ou permanecem vazias. A segunda regra determina que se evite sujeito transitivo lexical (*Regra de sujeito não-lexical*). No domínio do discurso, Du Bois depreende também duas regras: i) *Regra de um único argumento novo*, que diz “evite mais de um argumento novo por oração” e ii) *Regra de sujeito transitivo dado*, que determina “evite sujeito transitivo novo”. Desse modo há, no discurso, no máximo um referente novo por oração nuclear e essa única menção aparece tipicamente no papel de sujeito intransitivo ou de objeto, mas não no de sujeito transitivo.

O processo de gramaticalização

A noção de “gramaticalização”, que remonta a Meillet (1958[1912]), teve uma reatualização a partir da década de 1970, como um conceito que se aplica bem ao princípio funcionalista de que a gramática emerge do

uso. Mais especificamente, afirmam Traugott & König (1991) que a gramaticalização é um processo dinâmico, unidirecional e diacrônico, mediante o qual, na evolução temporal, um item lexical adquire um estatuto gramatical. De um modo geral, a definição de “gramaticalização” implica a idéia de um processo pelo qual um item lexical, ou uma estrutura lexical, passa, em certos contextos, a exercer uma função gramatical, ou um item já gramatical passa a exercer uma função ainda mais gramatical (HEINE et al. 1991).

UM MODELO DE ANÁLISE FUNCIONALISTA: A GRAMÁTICA FUNCIONAL

Para mostrar como o enfoque funcionalista desenvolve a análise da estrutura lingüística, utilizaremos um texto de língua falada, extraído do corpus mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, mais especificamente do Inquérito D2- POA-291.

DOC.	VOCÊS ACHAM QUE O BRASILEIRO SE ALIMENTA BEM EM GERAL?
	[.....]
L2	<i>mas eu vejo, aqui, por exemplo, de vez em quando tem uma verdurinha etecêtera e tal, por exemplo</i>
L1	<i>hum, hum</i>
L2	<i>na minha casa, por exemplo, se come verdura, eu como, minha mulher não come, meus filhos adoram, principalmente o guri, agora, o brasileiro, em princípio eu acho que come muito mal, acho que come muito mal, não é às vezes muitas vezes talvez seja o... o aspecto do... do poder aquisitivo de cada um né, tem pessoas...</i>

Como se observa, o documentador apresenta “a alimentação do brasileiro” como o tópico a ser tratado no discurso em questão. Depois de alguma digressão, para argumentar que o brasileiro de modo geral se alimenta mal, L2 toma sua própria casa como exemplo. Uma vez que na interação verbal os participantes servem-se de certos instrumentos denominados expressão lingüística, governada por regras e princípios

que determinam sua formação, vamos tomar a expressão lingüística, *por exemplo, de vez em quando tem uma verdurinha etecétera e tal*, para ilustrarmos uma análise funcional.

Nessa expressão lingüística, verificamos que a oração *de vez em quando tem uma verdurinha etecétera e tal* é antecedida pelo constituinte *por exemplo*. Esse constituinte marca o início de um episódio discursivo; é, portanto, um iniciador, um constituinte que não pertence à estrutura da oração, mas consiste numa marca para assinalar uma estratégia do falante (doravante F) que tem como objetivo assegurar a organização e a recepção adequada do seu discurso. Algo parecido se pode observar na sentença *agora, o brasileiro, em princípio eu acho que come muito mal*, em que *agora*, estrategicamente alocado no início da oração, é utilizado para assinalar que F deseja efetuar uma mudança de Tópico (de *verdura* para *brasileiro*). Constituintes como *por exemplo* e *agora* não pertencem à estrutura da oração propriamente dita; são, portanto, constituintes extra-oracionais (CEO) na terminologia da Gramática Funcional (Dik, 1997). Como se pode verificar no texto em análise, tanto *por exemplo* como *agora* são utilizados para sinalizar fronteiras, marcando o começo de movimentos que compõem os episódios discursivos. Pelo fato de “abrir” um novo episódio discursivo, o constituinte extra-oracional *por exemplo* é denominado “Iniciador”, já *agora* é um “Comutador de Tópico”, uma vez que retoma a entidade referencial antes abandonada.

Obedecendo aos seus princípios, a GF considera que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte não é estabelecida, mas apenas mediada pela expressão lingüística, o significado que F codifica na expressão lingüística não é idêntico à sua intenção e nem se iguala à interpretação final dada pelo ouvinte.

A composição da informação pragmática é compreendida de *informação de longo prazo*, de *informação situacional* e de *informação contextual*. A informação pragmática F normalmente tem muito em comum com a informação pragmática do destinatário (doravante

D). Para realizar tais mudanças na informação pragmática de D, F atribui a determinados constituintes da oração funções especiais, de alguma forma marcadas, tornando-os elementos importantes para a interpretação adequada por parte de D. Essas funções são denominadas, pela GF, de Tópico e Foco.

Qualquer discurso, tomado no sentido mais amplo de texto coerente, “fala” necessariamente a respeito de entidades. É essa entidade que Dik (1989) denomina Tópico-Discursivo. Assim considerando, o texto dado acima, como qualquer discurso, pode ser analisado tendo em vista a cadeia tópica. A cadeia tópica desse trecho discursivo se desenvolve, então, como segue. A oração *por exemplo, de vez em quando tem uma verdurinha etecétera e tal*, como se pode observar, é uma construção existencial utilizada para introduzir uma entidade nova no discurso, por meio de um termo indefinido. *Verdura (verdurinha)* é, portanto um *Tópico Novo*. Depois de introduzido, o sintagma *verdura* passa a *Tópico Dado* (TD) nas orações seguintes. Essa cadeia tópica é interrompida com a reativação do Tópico *o brasileiro* que, então, constitui um *Tópico Retomado*. A expressão *agora*, como já observado, é usada para sinalizar ao interlocutor que o TD *o brasileiro*, abandonado pela introdução do Tópico *verdura*, será retomado.

Na oração *meus filhos adoram Ø, principalmente o guri*, o termo *o guri* é antecedido pela expressão *principalmente*. Esse é um dos recursos de que as línguas dispõem para chamar a atenção sobre uma parte determinada da informação que F deseja passar a D. Ao constituinte que veicula a informação a ser ressaltada denomina-se *Foco*, função que pode ser marcada em qualquer parte da estrutura subjacente da oração, como, por exemplo, no sujeito da oração acima, com a expressão *o guri*, precedida pela partícula focalizadora *principalmente*.

Os sujeitos das três orações acima – *eu como, minha mulher não come, meus filhos adoram, principalmente o guri* – são introduzidos por termos definidos. Ao usar um termo definido, F auxilia D a identificar o referente que supostamente já esteja, de algum modo,

disponível a ele (D), com base (a) numa informação pragmática de longo prazo; (b) numa informação pragmática de curto prazo, por ter sido introduzida no discurso anterior; (c) numa informação perceptivelmente disponível na situação; (d) nas inferências deduzidas em qualquer uma das informações de (a-c). Dessa forma, os sujeitos *eu*, *minha mulher*, *meus filhos* e *o guri* são introduzidos como termos definidos, marcados pelo pronome pessoal *eu*, pelos pronomes possessivos *minha* e *meus* e pelo artigo definido *o*. Caso F considere que D não disponha de informação pragmática suficiente para identificar o referente do termo pretendido, ele auxilia D a construir o referente. Essa referência é, caracteristicamente, obtida por meio de termos indefinidos, como, por exemplo, *verdurinha/verdura*, que é antecedido pelo indefinido *uma*.

A GENERAL OVERVIEW OF THE FUNCTIONALIST THEORIES

ABSTRACT

This paper aims at showing a general panorama of different functional tendencies, based on fundamental themes to this theoretical point of view and going as much as possible through its history.

KEY WORDS: Functionalism, topic, focus, transitivity, information flow.

NOTA

1. Para maiores detalhes, ver texto completo em Pezatti (2004).

REFERÊNCIAS

CHAFE, Wallace L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view In: LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

DELANCEY, Scott. An interpretation of split ergativity and related patterns. *Language* (Baltimore), v. 57, n. 3, p. 626-657, 1981.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Pt. I: The structure of the clause. Dordrecht-Holland/Providence RI - USA: Foris Publication, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Pt. II: Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997.

DIRVEN, R.; FRIED, V. (Eds.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987.

DU BOIS, John W. The discourse basis of ergativity. *Language* (Baltimore), v. 63, p. 805-855, 1987.

FIRBAS, J. Some aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. In: DANES, F. (Ed.). *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.

HALLIDAY, M. A. K. The place of "Functional Sentence Perspective" in the System of Linguistic description". In: DANES, F. (Ed.). *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore), v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

LI, C.; THOMPSON, S. A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1958 [1912].

NEWMAYER, F. J. *Language form and language function*. London: MIT Press, 2000.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos metodológicos*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

PRINCE, H. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, D. The semantics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991.